

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS

LAUREANE DE PAIVA SUTIR

O UNIFORME ESCOLAR: VISUALIDADE E PEDAGOGIA

Brasília
2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS

LAUREANE DE PAIVA SUTIR

O UNIFORME ESCOLAR: VISUALIDADE E PEDAGOGIA

Projeto apresentado para a disciplina de
Diplomação em Artes Plásticas, Habilitação em
Licenciatura, do Departamento de Artes Visuais
do Instituto de Artes da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para aprovação.
Orientador: Prof. Dr. Belidson Dias

Brasília
2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, principalmente a minha mãe Lourdete de Fátima de Paiva Sutir, que foi a minha maior crítica e apoiadora e ao meu pai por ter me ajudado quando pode. Graças a eles cheguei tão longe. A Felipe Sobreiro, o melhor companheiro que poderia pedir/ter, que me apoiou e muitas vezes me ajudou nesta trajetória final. As amizades que fiz ao longo do curso: Sayuri Kudo, Patrícia Mello, Lorraine Rocha e a todos os que indiretamente ou diretamente me ajudaram ao longo deste trabalho.

Ao Professor Dr. Belidson Dias, por sua orientação e apoio durante o TCC. A Professora Ms. Tatiana Fernandes que me fez questionar efetivamente o meu papel como professora no futuro. A Universidade de Brasília por me proporcionar a minha formação. Aos alunos que se dispuseram a participar desse trabalho. A professora Andreia Calheiros por ter sempre me recebido de braços abertos e por ter me deixado entrar novamente em sua sala durante o período de pesquisas, e aos alunos que participaram deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. O UNIFORME E SUAS NARRATIVAS	08
1.1 O uniforme escolar e o Higienismo	11
1.2 Das transgressões	14
2. O TRABALHO	18
3. OS UNIFORMES DO CEAN	21
3.1 Das customizações permitidas	25
3.2 Das customizações não permitidas	27
4. DA PEDAGOGIA	31
CONCLUSÃO	34
REFERENCIAS	35
ANEXO	36

Lista de Tabelas e Figuras

Figura 1 - Uniforme Escolar adotado no Governo Suplicy, 2004	10
Fonte: 2004, © Lalo Menezes/FolhaImagem.	
Figura 2 - Aula de Educação Física Sueca, Colégio Dom Pedro II, 1909	12
Fonte: © http://educacao.uol.com.br	
Figura 3 - Demonstração de aula de educação física do Colégio Mackenzie, 1940	14
Fonte: © http://educacao.uol.com.br	
Figura 4 - Marieta Severo, Uniforme da Escola Normalista, 1960	16
Fonte: © http://educacao.uol.com.br	
Figura 5 - Os novos uniformes dos anos 1960, Instituto de Educação de Nova Iguaçu, 1968	17
Fonte: © http://educacao.uol.com.br	
Figura 6 - Frente do CEAN, 2013, CEAN	19
Fonte: © Laureane de Paiva Sutir.	
Figura 7 - Opção de Uniforme do CEAN e uniforme da gincana, 1º ano turma C, CEAN, 2014	21
Fonte: © Laureane de Paiva Sutir.	
Figura 8 - Opção de Uniforme do CEAN e uniforme da gincana, 1º ano turma C, CEAN, 2014	21
Fonte: © Laureane de Paiva Sutir.	
Figura 9 - Novo Uniforme distribuído Pelo governo do Distrito Federal, 2014	23
Fonte: © Governo do Distrito Federal	
Figura 10 - A roupa debaixo do uniforme, 2014	24
Fonte: © Laureane de Paiva Sutir.	
Figura 11 - Camiseta cortada por conta do calor, 2014, CEAN	26
Fonte: 2004, © Laureane de Paiva Sutir.	
Figura 12 - Camiseta de Gincana Customizada, 2014, CEAN	27
Fonte: © Laureane de Paiva Sutir.	
Figura 13 - Camiseta Customizada por alunos do 1º ano da turma E, 2014, CEAN	28
Fonte: © Laureane de Paiva Sutir.	
Figura 14 - Logo Customizado, CEAN, 2014	29
Fonte: © Laureane de Paiva Sutir.	

Figura 15 - Detalhe de Camiseta Customizada, 2014, CEAN 32

Fonte: © Laureane de Paiva Sutir.

INTRODUÇÃO

O trabalho “Uniforme escolar: Visualidades e Pedagogia” surgiu das observações feitas nos estágios supervisionados realizados no ano de 2013, e trouxe à luz questões relacionadas ao uniforme a partir da observação das mudanças deste dispositivo a partir das variedades de usos apresentadas no Centro de Ensino Asa Norte. Este trabalho tem como principal objetivo mostrar as customizações como fonte geradora de subjetividades e saberes que podem trazer algo de relevante à vida dos alunos do Ensino Médio.

A partir das customizações torna-se possível discutir a história do uniforme, surgido a partir do movimento Higienista, que tinha como intuito cuidar das diversas moléstias da população brasileira. Também é possível discutir elementos que dispositivo mascara, como identidades, gêneros e classes, como será descrito na breve investigação realizada.

Esta indagação foi realizada em outubro, na escola citada acima, a partir de entrevistas realizadas com 8 alunos, sobre o uso do dispositivo “uniforme” em seus cotidianos. Foram realizados registros fotográficos que apoiam a verificação, dando foco ao processo de moldar o uniforme ao corpo do indivíduo e de como ocorre ainda a transgressão de sua historicidade e o processos de rupturas, de forma a utilizar-se destes fragmentos de sua história como maneira de relacioná-los às narrativas dos indivíduos que vestem essa camiseta diariamente. Nesse sentido, a possibilidade deste trabalho sobre o uniforme pode vir a ser um campo novo de saberes, partindo da própria escola e de seus elementos reguladores do corpo social dos indivíduos, como poderá ser visto no decorrer do texto. A investigação ainda abre possibilidades para a utilização deste dispositivo como base para um projeto pedagógico aos indivíduos que frequentariam este ambiente a investigação.

1. O UNIFORME ESCOLAR E SUAS NARRATIVAS

Corpos vestidos, uniformizados catalogados segundo os preceitos do saber pedagógico e da higiene. (BURITI, 2010, Pg.11)

A Escola lida, sofre e exerce formas de exercícios de poderes. Ela faz parte de um aparelho do estado que disciplina e é, por sua vez, disciplinada. Segundo uma visão Foucaultiana, os patrimônios imateriais e materiais das instituições de ensino visam disciplinar os corpos dóceis, onde o “corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, e se torna hábil ou cujas as forças se multiplicam.” (FOUCAULT, 1987, p. 117). Portanto, poderíamos ver e analisar como esses poderes moldam estes corpos na escola por meio de um dos dispositivos de poderes mais cotidianos e menos discutidos dentro da escola: o uniforme escolar.

Inicialmente é preciso entender que as roupas, o vestuário e a moda também formam o indivíduo. Através dos processos identitários proporcionados por estes é possível permitir a inclusão do sujeito dentro da sociedade, como foi apontado por Frédéric Godart (2010)¹. Indo mais além, é possível fazer uma conexão com o pensamento de Peter Stallybrass (2008), no qual a roupa também é memória, ou seja, um reflexo de seu tempo e um reflexo de um sujeito, pois esta permanecerá depois que os sujeitos morrerem. A roupa recebe a marca humana e, como o próprio autor afirma, a roupa é como a comida, ela se molda às necessidades do indivíduo e ao corpo. Nesse sentido a moda se torna também moeda de troca e incorporação. Entretanto, a roupa, independente de sua origem, cria para os indivíduos que as usam uma rede de obrigações:

O poder particular da roupa para efetivar essas redes está estreitamente associado a dois aspectos quase contraditórios de sua materialidade: sua capacidade para ser permeada e transformada tanto pelo fabricante quanto por quem a veste; e sua capacidade de durar no tempo. (STRALYBRASS, 2008, p13-14)

Ou seja, a roupa e a moda são sim socialização e memória. Apesar de o uniforme escolar negar a moda de maneira efetiva, este é acima de tudo roupa e se sujeita às características citadas acima; está inserido dentro da moda; apresenta reflexos históricos e

¹ Godart, ao se referir aos processos identitários, não se limita somente as roupas. Também há referência às comidas, culturas e línguas.

sociais, entretanto diverge dos outros vestuários. O uniforme é uma negação da moda como pode ser percebido pela fala de Inés Dussel:

As questões de gênero estiveram muito presentes na hora de pensar um código de vestimenta para as escolas. A reclamação sobre o perigo do luxo e ostentação levou-o a recomendar o uso do avental igualitário, inspirado por uma aula de trabalhos manuais. (DUSSEL, 2005, p. 68)

Ao ser um espaço onde a moda é negada, na escola é criada outra categoria de vestimenta, a qual é provida dos processos indentitários e onde se legitima o sujeito dentro da instituição ao qual este pertence. O uniforme escolar também se torna um costume, uma imitação rotineira do passado, segundo Tarde (2010 apud GODART 2010, p.26). O uniforme nesse sentido então cumpre o papel de “dispositivo”, pois dentro de si é assumido o papel de vincular as problemáticas de gênero – como é descrito na citação acima –, classe e identidade, a fim de mascará-las. Este surge da necessidade e urgência de encobrir tais problemáticas e ainda se torna uma ferramenta de poder essencial dos princípios de exercício de poder: a articulação corpo-objeto dentro do ato de disciplinar os sujeitos: “Sobre toda a superfície de contato entre corpo e objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro. Constitui um complexo corpo-arma, corpo instrumento, corpo máquina.” (FOUCAULT, 1987, p.130). Isto possibilita o exercício do poder de maneira plena dentro das Escolas.

O uniforme ainda assume outras funções com o passar do tempo. Além de lidar com as problemáticas listadas a cima, a partir do momento que Lonza (2005) considera como sendo o início do uniforme do século XXI, os uniformes passam a ser distribuídos pelo governo, já que isto poderia trazer maior praticidade, economia e segurança para os pais dos estudantes das escolas públicas. Entretanto, o mesmo autor mostra que essa prática foi problemática devido a licitações (ou falta delas) e o gosto duvidoso do mesmo uniforme. Outra questão foi decorrente das diferentes classes sociais dos alunos, já que os estudantes menos favorecidos recebiam o uniforme de maneira muito mais entusiasmada do que os outros colegas mais favorecidos. Alguns estudantes de famílias mais abastadas preferiam doar os uniformes para parentes do Nordeste do que usá-los, como foi apontado por Lonza. Outra questão surge a partir do momento em que os uniformes passam a ser distribuídos pelo governo, pois há um envolvimento direto da esfera política do município ao qual a escola de ensino fundamental pertencia. Em São Paulo, por exemplo, houve a mudança do Azul Tucano para o Vermelho Petista no governo de Martha Suplicy.



Figura 1 - Uniforme Escolar adotado no Governo Suplicy, 2004, © Lalo Menezes/FolhaImagem

Vemos então que o dispositivo do uniforme carrega diversos significados e até mesmo políticas dentro de si, e ao submetê-lo à uma análise mais aprofundada ele é capaz de mostrar realidades internas, cheia de relatos, narrativas, sofrimentos e visualidades, que podem ser estudadas mais a fundo, e assim trazer à tona possibilidades pedagógicas. É possível, por exemplo, analisar a maneira como os estudantes transgridem este dispositivo que eles são obrigados a usar, para desvelar suas experiências, narrativas e visualidades cotidianas.

Trazer as visualidades do uniforme escolar como maneira de formar as subjetividades à partir do conceito *Foucaultiano*, como um ser historicamente construído que sofre os exercícios do poder, as possibilidades que podem ocorrer através do corpo disciplinado. Junto às visualidades deste é possível “Analisar imagens e artefatos visuais para compreender sua significação cultural, pressupõe identificar e destacar a dimensão social da própria imagem, explorando as relações de poder inerentes.” (TOURINHO, MARTINS e MARTINS F. A. 2013, p.6). Não somente explorar o poder, como foi apontado por estes autores, mas também como um modo de compreender, refletir e analisar o dispositivo dentro de seu cenário, fora dos “tempos de aprendizagem”² e da objetividade da escola. É necessário compreender o dispositivo em sua totalidade, respeitando o tempo da aprendizagem dentro da escola ao percorrer caminhos carregados de dúvidas, inseguranças e afetos dos alunos e alunas em formação.

² Os tempos de aprendizagem seriam os caminhos percorridos pelos alunos na hora de adquirir saberes como pode ser percebido no texto de MARTINS, TOURINHO E MARTINS. F. A.

1.1 O Uniforme Escolar e o Higienismo

A origem do Uniforme Escolar no Brasil está intimamente ligada ao pensamento Higienista no país. Segundo o texto de Edivaldo Góis Junior (2005), o “Higienismo” foi um movimento que surgiu do desejo de melhorar as condições da saúde coletiva da população brasileira, tendo em mente curar as moléstias dos cidadãos, para assim tornar a “raça” Brasileira mais forte e mais apta, a partir do auxílio da medicina, e teve seu ápice no século XIX e meados do século XX. Este movimento buscava dar uma direção à uma elite brasileira que não sabia lidar com os vários extratos sociais da sociedade e também procurava atender o desejo desta de modernizar o país.

Cabe lembrar aqui que os médicos, neste momento em específico, assumiram o papel citado por Foucault (1979) como “especialistas do espaço”, principalmente urbano que configuraram a sociedade tal como ela é hoje. Portanto, não é de se espantar que historicamente estas reformas atingiram vários aspectos da vida do cidadão brasileiro, tanto no âmbito individual como no coletivo. Por exemplo, a regulamentação dos casamentos, visando uma carga gênica aperfeiçoada que possibilitasse a evolução da dita “raça brasileira”. Também existia o ênfase no trabalho, na moralidade e na assepsia, como pode ser visto a seguir: “O local mais adequado para a construção dos edifícios e sua arquitetura (tipos de cômodos, sistemas de ventilação e iluminação)” (RIBEIRO e SILVA, 2012, p.579-580).

Porém, dentro das áreas citadas acima, a que mais sofreu influência foi a educação: “É completamente livre o ensino primário e secundário no município da corte e superior em todo o Império, Salva a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene” (DECRETO N. 7.247, 19 de Abril de 1879). Primeiramente pelo fato de que as moléstias da nação não se deviam à uma constituição inferior, como algumas linhas do pensamento Higienista apontavam, e sim era devido à fatores culturais, já que o país se encontrava abandonado por uma elite que não sabia lidar com a massa populacional existente. Sendo assim, segundo este pensamento, só a educação poderia nos livrar dos problemas gênicos, partindo da apreensão e educação dos atos de assepsia, a fim de formar o cidadão de amanhã, que teria os valores e virtudes necessárias.

Ao avaliar os problemas gestuais e verbais do indivíduo em formação, não é de se espantar que a problemática da vestimenta fosse amplamente discutida para e dentro da escola, já que a roupa também deveria formar o caráter dos jovens, obedecendo as ordens médicas, que ainda estabeleceriam quais tipos de tecidos e vestes deveriam ser usados em cada momento do ano, como foi apontado por Ribeiro e Silva (2012). Além de tornar o uniforme uma ferramenta

de preservação da saúde e do pudor, este cumpria um papel chave na estrutura da educação moral da época: “o programa de exercícios para os alunos; a eliminação dos resíduos corporais; a melhor forma de moldar os sentidos por meio da educação moral e intelectual; o vestuário e a higiene pessoal.” (RIBEIRO e SILVA, 2012, p. 580).



Figura 2 - Aula de Educação Física Sueca, Colégio Dom Pedro II, 1909, © <http://educacao.uol.com.br>

Não é de se espantar que os primeiros uniformes se assemelhavam às fardas militares. Quando foram instaurados no Colégio Dom Pedro II no ano de 1837, Lonza (2005) aponta que inicialmente sua finalidade era a do reconhecimento dos alunos. Entretanto, sua criação nos moldes do Higienismo não se limitava somente à função de identificar. A utilidade do uniforme vai além, já que, por exemplo, eram estabelecidas normas de vestimenta para cada período do ano, como pode ser percebido na fala de Ribeiro e Silva (2012).

O pensamento Higienista atinge seu ápice intelectual na década de 1920, quando se torna possível perceber o tamanho da influencia desse movimento no Brasil. O ensino profissionalizante começava a surgir neste momento, mas os uniformes ainda não eram obrigatórios. Entretanto, o cenário tido com libertário, como aponta Lonza (2005), muda a partir da crise de 1929, quando o castigo físico é implementado efetivamente dentro das escolas. Ainda neste período surge o que Menezes (2012), chamara de “pedagogia científica”:

Ela revela uma amálgama de tipos de saberes pedagógicos, científicos e experimentais, de configurações e praticas de intervenções distintas, reunidas apenas pelo caráter normativo, seja no plano de fundamentação didático-pedagógica dos conteúdos curriculares, seja no plano da prática pedagógica ou da disciplina escolar. (MENEZES, 2012, p. 190)

Esta pedagogia estava voltada para a demarcação dos padrões de normalidade, e este pensamento era refletido também nos uniformes escolares. No Brasil, historicamente, suas influências advêm desde o período de sua criação, e deve-se ainda levar em conta que a Democratização do Ensino no Brasil é efetivamente pensada no período de maior força dos movimentos higienistas. Era esperado que os docentes, responsáveis pelo futuro da nação em formação, passariam aos seus descendentes a assepsia exigida, e os valores que deveriam ser apreendidos: “... A prática de tais atos saudáveis deveria ser exigida e corrigida cotidiana e minuciosamente por meio de vigilância constante, tomando-se cuidado com os detalhes.”(RIBEIRO e SILVA, 2012, p.582). E assim, a massa estaria mais bem preparada para o trabalho e para vida, e assim possibilitaria o desenvolvimento da nação, como foi apontado por Góis (2002).

A sonhada democratização do ensino só se daria de fato a partir da década de 1930, momento no qual os uniformes se tornaram obrigatórios, como apontado por Lonza (2005). Graças às reformas proporcionadas pela Escola Nova³, os uniformes criados a partir do projeto de Anísio Teixeira⁴ foram recebidos com resistência pela elite, que ainda não aceitava estar no mesmo convívio da massa e muito menos se parecer com ela, e foi mais além ao ser implantado o sistema de escola mista. Nesse sentido, a problematização de classe foi instituída.



Figura 3 - Demonstração de aula de educação física do Colégio Mackenzie, 1940, © <http://educacao.uol.com.br>

³ A Escola Nova ou a Escola Progressista foi um movimento pela renovação da educação no Brasil, e tinha como pressuposto a ênfase no intelecto e na capacidade de julgamento.

⁴ Anísio Teixeira foi educador, e uma das principais mentes por trás da Escola Nova.

Na década de 1930 também foi implantada a prática da educação física dentro das escolas, como disciplina obrigatória. Neste momento a escola assume um maior controle do corpo, de modo a “aumentar os poderes - em termos econômicos e de utilidade- e diminuir essas mesmas forças - em termos políticos de obediência” (FOUCAULT, 1987, p.119). Dessa maneira o corpo se tornou ainda mais disciplinado, e passou a assumir de fato todas as características que o tornam o uniforme o dispositivo conhecido até hoje.

1.2 Das transgressões

Durante as narrativas do uniforme escolar é possível perceber e trazer para a discussão as diversas maneiras que os indivíduos encontram para burlá-lo ou não. Oliveira (2007) nos traz duas alternativas possíveis: a primeira é a possibilidade através das intempéries do tempo, o que permite uma espécie de transgressão sutil, dependendo de como o aluno altera o uniforme dependendo do clima. Outra possibilidade apresentada este autor é o conceito de “espaçotempos”, termo que o autor propõe usar como uma maneira de sugerir espaços de transgressão dentro da escola. Eles permitem uma maior abertura para o aluno se reconhecer, não somente dentro do grupo mas também fora dele, ao poder transformar-se em outro indivíduo. Ao mudar e burlar os uniformes, torna-se possível compartimentar-se, tornar-se outro. Desta maneira criam-se cenários que vão se repetir ao longo da história do uniforme escolar no Brasil, e é possível perceber a segmentação deste frente à sociedade, já que os alunos o modificam fora do cenário escolar, como pode ser percebido a seguir:

Ao sair da escola colocavam seus barangandãs para subir no bonde e ir para casa, encontravam os meninos do Colégio Militar, ali mesmo com o controle exercido, já não eram as meninas do Instituto, já eram outras, com seus brincos, batons, saias dobradas para aparecer os joelhos (OLIVEIRA, 2007, p. 13-14)

Este cenário cria possibilidades de transgressões veladas, já que o sujeito ainda se submete totalmente as regras exigidas dele dentro de sua formação escolar. Estas narrativas irão continuar ao longo do caminho histórico percorrido por este dispositivo de poder, ao separar os saberes que poderiam ser trazidos a Escola. Estes são podados a fim de manter a “sanção da normalidade”⁵, encontrada dentro das instituições de ensino de forma geral, à partir das “micropenalidades”⁶ (FOUCAULT, 1979, p. 149) para disciplinar os corpos, seja por espaço, tempo ou moralidade. Entretanto, o foco se torna o corpo, ao ser imposta a utilização do

⁵ A sanção de normalidade está presente dentro de todas as instituições de ensino como forma de exercício de poder, já que a Escola é altamente repressora, e isso só é possível através do sistema de recompensa-sanção, após conviver plenamente com um sistema punível-punidor.

⁶ As micropenalidades são ferramentas da sanção normalizadora, que tem por finalidade controlar as frações mais mínimas de conduta.

uniforme. Desta maneira torna-se compreensível perceber o porquê das compartimentações das vestimentas escolares, e até mesmo os outros aspectos: “... de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora.” (FOUCAULT, 1979, p. 149).

Na década de 1960, dentro das narrativas do uniforme escolar, ainda se apresenta essa compartimentação citada anteriormente. Entretanto, ela mostra um novo aspecto da transgressão das micropenalidades exercidas pelo uniforme sobre os sujeitos em formação. Este foi um período de intensas mudanças no mundo e no Brasil, já que no país se viviam os ditos “anos de chumbo” da ditadura militar. Em contrapartida, os filhos do “Baby Boom”⁷ tomavam conta do que ocorria no globo. Neste momento ocorre a liberação sexual, os Beatles, a minissaia e o movimento de paz e amor. As escolas brasileiras, porém, neste momento histórico não acompanharam essa historicidade ocidentalizada. As meninas, por exemplo, ainda usavam os uniformes impostos duas décadas antes: saias abaixo do joelho e de um azul marinho profundo, repleta de pregas.



Figura 4 - Marieta Severo, Uniforme da Escola Normalista, 1960, ©
<http://educacao.uol.com.br>

Só aconteceram algumas mudanças drásticas nos uniformes do colegial e ginásial em São Paulo e Rio de Janeiro, devido a protestos vindos por parte dos estudantes. É abandonada, então, as antigas vestimentas, e são substituídas por saias curtas no tom cinza, podendo ter uma

⁷ Baby Boom foi um termo criado para designar o surto de natalidade ocorrido após a Segunda Guerra Mundial.

“prega macho”⁸, também na tonalidade cinza. É possível perceber então um momento de tensão e gerador de rupturas, como apontam MARTINS, TOURINHO e MARTINS. F. A. (2012). Nesse sentido, as subjetividades dos alunos que viviam o paz e o amor e escutavam os Beatles foram trazidas à tona dentro da escola, e esse descontentamento gerou a mudança que pode ser percebida a seguir. Os jovens na época apresentavam novos saberes, sentimentos e sofrimentos diferentes dos discentes que utilizavam os uniformes instaurados duas décadas antes, e foram eles que lutaram pelas mudanças das vestimentas escolares em São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse sentido, a transgressão aqui foi contra os valores ultrapassados que os antigos uniformes representavam. Sendo assim, os valores velados do uniforme escolar durante este período foram questionados de maneira efetiva dentro do ambiente escolar, de maneira a ter transformado totalmente a cara destes dispositivos nos anos 1960.



Figura 5 - Os novos uniformes dos anos 1960, Instituto de Educação de Nova Iguaçu, 1968, © <http://educacao.uol.com.br>

Ao observar estas mudanças, ocorre o seguinte questionamento: o que seria transgressor dentro dos uniformes escolares do Distrito Federal? Ao pensar na possibilidade da customização, segundo seu significado de “adaptar às preferências do usuário” (PRIBERAM, 2014), esta pode servir como ponto de tensão gerador de subjetividades em relação às vestimentas impostas pelo Estado. Ao customizar o uniforme, o aluno propicia a reversão da

⁸ A prega macho é composta por duas pregas simples tombadas, onde as funduras das pregas se encontram pelo lado de dentro. Deve-se obedecer aos piques, os quais coordenarão o tamanho em que a peça ficará pronta.

dinâmica de poder, já que ao invés de se adequar ao uniforme, este faz com que o uniforme se molde a ele. Assim, o uniforme escolar se transforma em algo totalmente inesperado, e desta maneira este dispositivo perde a função de identificar o indivíduo no grupo. Estes atos possibilitam novos saberes e conhecimentos, tanto do outro quanto de si mesmo, na medida em que os alunos em formação transgridem não só o aspecto visual (no sentido de que a pessoa deixa de se apresentar na sua identidade coletiva e passa a se apresentar como um indivíduo), mas também o aspecto das “micropenalidades” impostas pelo dispositivo, em relação ao corpo do sujeito.

2. O TRABALHO

Esta investigação surge das observações realizadas no ano de 2013, durante os estágios supervisionados obrigatórios para o curso de Artes Visuais em licenciatura. No âmbito deste ambiente escolar foi possível perceber tensões entre os gestores da instituição e os discentes acerca dos uniformes. Desta forma, se faz necessário descobrir as narrativas dos sujeitos que são alvos deste dispositivo em especial. Portanto, além dos dados visuais e textuais, recorrer a entrevistas torna-se necessário para adquirir dados e informações de forma direta, a fim de analisar como se dá esta relação entre o dispositivo uniforme e o aluno.

Nesse sentido foi fundamental retornar a instituição, a qual já havia frequentado durante os estágios supervisionados, pois foi lá onde pude perceber a possibilidade da realização deste trabalho, e onde foi possível perceber as tensões e linhas tênues, seja pelos diversos usos do uniforme, seja pelas customizações feitas pelos alunos. Ao ter isso em mente, a proposta teve como objetivo observar de maneira mais efetiva as customizações feitas pelos alunos, a fim de encontrar e compreender estas como uma forma de transgressão que permite aos alunos que as realizam se formarem como indivíduos dentro do grupo. Outro propósito foi o de estudar como essas rupturas e ressignificações afetam o sujeito em formação.

Para obter essas narrativas dos alunos, foi escolhido efetivamente o uso das entrevistas abertas. Também foi necessário recorrer ao local dos sujeitos, que neste acaso é o Centro Educacional Asa Norte (CEAN), localizado no SGAN 603, no Plano Piloto, especificamente na Asa Norte, frente da 407/406, em meio a uma L2 movimentada, e próximo da Universidade de Brasília.

A escola está vinculada pedagogicamente e administrativamente à Diretoria Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro – DRE PP/C, é um Centro de Ensino Médio, e destina-se exclusivamente à oferta de matrículas no ensino médio nos turnos matutino, vespertino e noturno. Em sua narrativa, a escola passou por avanços e retrocessos. Historicamente, a construção do que hoje é o CEAN foi inaugurada de maneira associada à Universidade de Brasília, com o intuito de ser o Centro Experimental de Ensino Médio Integrado (CIEM), em 24 de Janeiro de 1964. Esta deveria ser uma escola de aplicação para os alunos que fariam licenciatura na Universidade de Brasília (UnB) e se tornariam futuros pedagogos, dentro dos fundamentos desenvolvidos por Dewey, Piaget e também no padrão da “Nova Escola”.



Figura 6 - Frente do CEAN, 2013, CEAN, ©Laureane de Paiva Sutir

A instituição também era aberta às possibilidades pedagógicas experimentais, e possuía matrícula anual, depois semestral, com matrícula por disciplina. Havia, também, uma valorização dos estudos das artes dentro da Escola:

O ensino da Arte era muito valorizado em todas as suas linguagens, para muito além da proposta da educação artística como ainda obrigatório nas escolas da rede pública. A cada novo semestre havia muitas mudanças nas disciplinas de Arte e Desenho, pois eram oferecidas de acordo com o interesse dos alunos e com o momento cultural. Algumas propostas eram fixas como Iniciação às Artes, Apreciação da Arte, cursos na área de Artes Plásticas, Semanas da Arte. Segundo relato de estudante do CIEM (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DO CEAN, 2008, p.8)

Entretanto, com o golpe militar a experiência educacional que era o CIEM é interrompida. No ano de 1971 deixa de ser vinculada a UnB e passa a ser gerida pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, e passa a ser chamado de Centro Integrado de Brasília, mais conhecido como CIB. A partir do ano de 1973 a direção encerra as atividades do ensino fundamental na instituição, e passa a oferecer o ensino médio profissionalizante, devido à primeira “LDB”⁹, que tornou obrigatório este tipo de educação. A partir da década de 1980, a instituição dividiu seu espaço com o CAN (atual Escola Paulo Freire), e em 4 de maio de 1981 passa a ser um único colégio, com o nome de Centro de Ensino Médio Asa Norte (CEMAN). A partir dos anos 2000, a instituição passa a ser nomeada de CEAN, como é registrada hoje.

Para a produção deste trabalho foram realizadas entrevistas diretas com dez indivíduos variados, todos alunos do CEAN. Porém, é preciso levar em conta que ao longo da coleta de dados dois indivíduos abandonaram a investigação, fazendo com que o estudo prosseguisse com apenas oito pessoas. O foco principal do trabalho foram os uniformes customizados usados

⁹ Lei de Bases e Diretrizes. A primeira lei para a educação é promulgada em 1971 e instituiu o ensino profissionalizante como obrigatório para todos.

pelos alunos. Nesse sentido, não houve a necessidade de escolher determinada faixa etária, sexo ou gênero dos sujeitos. Todos se encontravam em idade escolar, especificamente no período do primeiro ano do ensino médio, e foram escolhidos através da observação no ambiente.

Observar os alunos convidados para a participação do estudo, realizado dentro da escola, tornou-se de total importância para compreender efetivamente como se dão as assimilações da disciplina do corpo dentro da instituição, a partir do uniforme. Era indispensável perceber como estes indivíduos burlavam o sistema de poder ao customizar suas roupas, de maneira a enfatizar as individualidades dentro do grupo escolar no qual estão inseridos. A observação ainda permitiu uma maior assimilação do ambiente do qual os alunos participam e as diversas especificidades deste, o que tornou o trabalho mais completo, já que não foram levantados somente os pontos dos alunos entrevistados, mas também houve – de maneira indireta – a participação dos professores, como pode ser percebido em alguns momentos do texto, mais a frente.

As entrevistas ocorreram dentro do ambiente escolar citado acima. As identidades dos discentes foram preservadas e estes alunos participaram somente após termos previamente entregues a eles terem sido assinados por pais ou responsáveis, como pode ser visto no ANEXO A. As entrevistas duraram cinquenta minutos para cada indivíduo, a partir de um roteiro pré-estabelecido, mas que deixava aberta a possibilidade de propor mais perguntas aos alunos. A finalidade disto era obter informações de maneira direta, para uma análise que será posteriormente apresentada neste estudo, visando entender como os sujeitos percebem a vestimenta que usam no contexto da escola.

Também houve a coleta de registros fotográficos, a fim de incluir neste estudo as visualidades do uniforme da escola em questão, e facilitar a percepção de como as individualidades dos alunos surgem na vestimenta escolar. Foram geradas cerca de 30 fotos que ilustram a customização e uso do uniforme dentro do ambiente escolar. Vale lembrar que as faces dos alunos não foram mostradas, de maneira a preservar sua identidade e privacidade neste trabalho acadêmico.

3. OS UNIFORMES DO CEAN

Na realização deste trabalho ocorreram momentos de interesse, dentro do período de observação, captura de visualidades e entrevistas, e houve momentos de descoberta de diversidade visual. O Centro de Ensino Asa Norte difere de outras escolas públicas do DF no que se refere ao uniforme, já que este é totalmente diferente da vestimenta padrão oferecida pela rede pública. No CEAN os alunos possuem a opção de utilizar o uniforme distribuído pelo governo do Distrito Federal, ou vestir a camiseta feita pela própria escola, que tem o valor de R\$15.



Figura 7 e 8 - Opção de Uniforme do CEAN e uniforme da gincana 1º ano turma C, CEAN, 2014, © Laureane de Paiva Sutir.

Entretanto, é possível encontrar outros tipos de uniformes oficiais dentro da escola, já que é permitida aos alunos a utilização das blusas da gincana cultural e de outros eventos como a Feira Literária, entre outros, realizados todos os anos na instituição. Estas camisetas possuem temas diferentes: a do ano de 2014 em específico foi relacionada à Copa do Mundo de Futebol, por exemplo. Cabe lembrar ainda que estas blusas são criadas pelos alunos através da orientação de seus professores representantes, e a única coisa que cabe à direção é a escolha de cores para cada turma. Nesse sentido, a diversidade de vestimentas escolares permitidas foi

maior que o esperado para o trabalho. Pois além dos alunos terem a identidade do Centro de Ensino Asa Norte ao usar o uniforme mostrado acima, ainda é possível perceber a identidade específica das turmas, já que cada tipo de camiseta representa a turma à qual os alunos pertencem, durante os eventos (não só nas gincanas mas também durante todo o ano letivo, já que o uso destas camisetas alternativas é permitido dentro da escola).

Houve ainda divergências quanto à aceitação do uniforme por parte dos entrevistados. Há o reconhecimento entre alguns dos alunos de que o uniforme do CEAN é bom, pois ele se diferencia do resto da rede pública do Distrito Federal. Porém, as opiniões sobre ele são de maneira geral negativas. Em dois casos, os alunos prefeririam que não houvesse a necessidade de usá-los, mesmo quando perguntados se houvesse a possibilidade de criar um uniforme novo:

“(...) eu não criaria... Eu preferia deixar todo mundo livre, à vontade.”, (FALA DE ALUNO A).

- Aluno: *“(...) eu deixaria cada aluno fazer de sua forma... Eu deixaria livre... Mas teria que ter um jeito de carregar o emblema...”*

- Entrevistadora: *“Você faria outra forma de identificar o aluno, então?”*

- Aluno: *“Isso.”*, (FALA DE ALUNO B, 2014).

Houve, ainda, a sugestão de criar efetivamente uma espécie de uniforme que fosse mais prático, segundo os entrevistados, e houve também relatos de deixá-lo da maneira que estava:

“(...) eu faria um uniforme que pudesse mudar mais coisa... Eu colocaria um zíper em alguns lugares pra (sic) que pudesse mudar... Eu faria ele mais funcional.”, (FALA DE ALUNA A, 2014).

“(...) o uniforme do CEAN pra mim tá (sic) ideal.”, (FALA DE ALUNA B, 2014).



Figura 9 - Novo Uniforme distribuído Pelo governo do Distrito Federal, 2014, © Governo do Distrito Federal.

Entretanto, a opinião geral entre os entrevistados é que é melhor ter que usar o uniforme do CEAN do que usar o conhecido uniforme padrão da rede publica distribuído pelo governo do Distrito Federal, que é conhecido entre os alunos por ser “feio”. Em alguns casos, quando perguntados sobre os uniformes anteriores utilizados pelos entrevistados dentro de sua formação no ensino fundamental, surgiu o questionamento do uniforme distribuído:

“(...) era o uniforme de escola pública... Ele não era muito legal... Era bem a mesma coisa pra todos os outros... Ele é feio, era horrroso...” (FALA DE ALUNA C, 2014).

A maior parte das reclamações sobre o próprio uniforme foi em relação ao seu tecido. Quando perguntados se seu uniforme atendia bem as questões higiênicas, todos os entrevistados foram bem enfáticos ao dizer que este não atendia a essa função, como pode ser percebido nas suas falas:

“(...) o tecido encarde muito fácil...”, (FALA DE ALUNA C, 2014).

“(...) às vezes não dá tempo de lavar...”, (FALA DE ALUNO A, 2014).

O principal problema não era necessariamente o design do uniforme, como é o caso das camisetas distribuídas pela rede pública. Ou seja, a blusa do próprio CEAN não é totalmente satisfatória mas é considerada bem melhor que a alternativa ofertada pelo Distrito Federal.



Figura 10 - A roupa debaixo do uniforme, 2014, © Laureane de Paiva Sutr

O trabalho dentro da escola ainda apontou o não-uso do uniforme fora desta. No máximo, os alunos o usam no caminho de e para suas casas. Ou seja, o conceito de “espaçotempos” se dará pela não utilização da camiseta fora do espaço da escola, ou pelo uso da roupa do dia-a-dia por baixo do uniforme, como pode ser percebido na imagem acima. Assim alguns alunos não precisam trocar uma roupa por outra, e sim apenas tiram a camiseta de cima ao passar pela porta da escola, divergindo das alterações apontadas por Oliveira (2007). O fato do tecido ser ligeiramente transparente gera também um ponto de ruptura gerador de tensões, já que se apresentam simultaneamente o uniforme da escola e a roupa que foi escolhida pelo aluno para seu uso, portanto ele também se apresenta como transgressor, por nos permitir ver o indivíduo e seus gostos, e não somente uma pessoa inserida em um grupo.

Quanto a possibilidade de entendimento sobre roupa e memória, a partir da conceituação de Stallybrass (2008), foi perguntado se os alunos achavam que o uniforme era relevante de alguma forma na sua vida:

“(...) só em meios de identificação, em outros pontos ele é irrelevante...”, (FALA DE ALUNO B, 2014).

Como pode ser percebido, os alunos ainda não tem uma noção de memória a respeito do uniforme que vestem. Apesar de não perceberem isso desta forma, é provável que no futuro, ao sair do Ensino Médio ou até mesmo da escola, eles se deem conta disto. No que se refere ao aspecto da socialização, a resposta foi diferente. Os alunos não se sentem podados socialmente, e isso pode ser considerado uma espécie de caminho dentro do que é tido como repressão, de maneira a perpetuar o poder dentro da visão Foucaultiana: *“(...) Deve-se considerá-lo uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem função de reprimir.”* (FOUCAULT, 1979, p.8). Ou seja, o uniforme ainda possibilita outras vias de comunicação, saberes o próprio autor aponta.

Torna-se pertinente então fazer esta ligação entre as visualidades descobertas nesta investigação, já que não há apenas um único uniforme, mas vários dentro do ambiente da escola. As customizações também se apresentaram de diversas formas, tanto é que foi surpreendente receber orientações a respeito dos uniformes customizados, sobre quais tipos de alterações poderiam acontecer e não acontecer. Desta forma o trabalho foi dividido entre customizações permitidas e não permitidas, como está descrito a seguir.

3.1 As Customizações Permitidas

As customizações permitidas são entendidas como aquelas que são apenas a retirada de tecido do uniforme. A primeira coisa a ser cortada dentro das customizações permitidas pela escola é a gola. Logo em seguida vem as mangas, cuja remoção é permitida principalmente devido ao calor. Em dois casos específicos, se os alunos tivessem a chance de fazer outro uniforme, sugeririam fazer regatas e roupas mais adaptadas ao clima da cidade:

“(...) eu tiraria um pouco mais do comprimento da gola... Isso acaba sufocando a gente.... Eu faria uma regata, sabe... na outra [escola] tinha uma regata que não mostrava nada.” (FALA DE ALUNA A, 2014).

O segundo fator mais usado como justificativa pode ser percebido a seguir:

“(...) acho que por ele ser de um só estilo, atrapalha... Por causa do calor... E também pelo estilo das pessoas, né...”, (FALA DE ALUNA A, 2014).

“(...) eu morro de calor.”, (FALAS DE ALUNA C, 2014).

Ao considerar estes relatos é possível fazer um comparativo de como os uniformes se moldam na visão de Oliveira (2007) e dos alunos do CEAN. Outro fator de possível transgressão se dá de maneiras sutis, como por exemplo, por causa do frio, como pode ser percebido a seguir:

É possível uma relação da aparência e do uniforme. Nos momentos de muito frio o uniforme sofria alterações. O frio era intenso e o casaco não suportava a baixa temperatura. O que produzia liberações no uso de outros tipos de blusa que não comporiam o uniforme azul, poderíamos usar casacos de outras cores, formatos, tecidos, enfim poderiam ser blusas de qualquer tipo. (OLIVEIRA, 2007, p. 2).

Entretanto, no CEAN o frio não causa tanto desconforto quanto no caso descrito na citação acima. A unanimidade das entrevistas foi a do calor como um problema não lido corretamente pelo uniforme escolar. É por isto que a direção da escola permite a retirada das mangas e da gola, de maneira a permitir o alívio do calor tido como extremo pelos próprios alunos (principalmente nos períodos de seca, que vai de maio a setembro). Em contraponto com isto, foi comentado que somente a camiseta é insuficiente para lidar com momentos de frio extremo e com o clima durante período de chuva no DF (entre novembro e abril).



Figura 11- Camiseta cortada por conta do calor, 2014, CEAN, © Laureane de Paiva Sutir

Isso se deve ao fato de que, principalmente, o uniforme da escola não possui abrigos ou blusas de frio. Nesse sentido, ele foi tido como incompleto pelos alunos entrevistados, já que estes devem usar casacos trazidos de casa. Já quanto ao calor, foi espantoso observar a unanimidade entre as opiniões, e foi possível perceber um padrão nas customizações, pois dentro dos cortes que são feitos pelos alunos, a gola é um dos principais fatores de desconforto mencionados nas reclamações apontadas pelos alunos entrevistados.



Figura 12 - Camiseta de Gincana Customizada, 2014, CEAN, © Laureane de Paiva Sutir

O mesmo ainda ocorre com as camisetas das gincanas, como pode ser percebido acima, o que torna ainda mais interessante as customizações permitidas, já que estas não se limitam somente ao uniforme padrão oferecido pela escola, e permite uma maior variedade na personalidade das camisetas alteradas pelos alunos. Além dos recortes, pode-se ainda destacar as dobras feitas nas mangas, também para despistar o calor anteriormente mencionado.

3.2 Das customizações não permitidas

As customizações não permitidas são aquelas que de fato são repreendidas pela direção da escola. Dentre todas as customizações apresentadas, as alterações não aceitas seriam: mudar as cores dos uniformes, pintá-los ou tingi-los de alguma forma que altere de fato o uniforme. Mesmo assim, existem os alunos que adulteram o uniforme fora das normas ditas acima. Pode-

se tomar como exemplo a customização da foto abaixo. Esta foi realizada para a feira de ciências dos alunos, realizada de 2 a 6 de Outubro de 2014. Foi elaborada a partir de estênceis, e somente pra a turma do 1º ano na turma E como uniforme do evento. Entretanto, esta customização é tida com um exemplo daquilo que não deve ser feito no uniforme, tanto é que os professores comentaram repetidas vezes que isso não poderia ocorrer.



Figura 13 - Camiseta Customizada por alunos do 1º ano da turma E, 2014, CEAN, © Laureane de Paiva Sutir.

A partir destas customizações proibidas podem-se perceber nitidamente as “micro punições” de corpo, diferente das que são permitidas (que também sofrem punição, como foi apontado acima). Estas customizações sofrem punições de corpo de maneira mais evidente, e os alunos tem consciência disso. Ao ser questionados sobre isso, até mesmo no relacionado às customizações permitidas, pode ser percebido na fala dos estudantes entrevistados que estes constantemente passam pela angústia de uma punição ou de uma chamada de atenção por parte da direção da escola. Nesse sentido, o sistema de punição descrito por Foucault(1987) cumpre sua função, que é a de evitar desvios. Na fala de uma das alunas entrevistadas, esta questão é claramente percebida:

- Entrevistadora: *“Se você pudesse customizar o uniforme do seu jeito, como você faria?”*
- Aluna: *“Por que tem só um... É, eu cortei a manga dele... E fiz regata...”*
- Entrevistadora: *“Ah! Hm, então você customizou!”*
- Aluna: *“Só que eu não uso por que... eles falaram... só que eu não uso por que mostrava um pouco aqui (apontando para baixo da costura da manga), mas eu tiraria mesmo as mangas.”, (FALA DE ALUNA B, 2014.)*

“(...) Achei... Achei por que, se eles mandam ter a gola então é obrigado ter gola, entendeu? Eu violei essa regra da escola por que eu acabei rasgando o uniforme da escola.”, (FALA DE ALUNA D, 2014.)



Figura 14 - Logo Customizado, CEAN, 2014, © Laureane de Paiva Sutr.

Nesse sentido, é espantoso perceber como o dispositivo do uniforme funciona com eficácia dentro da escola, apesar das customizações realizadas neles. É perceptível o remorso

dos alunos, o medo da punição, e inclusive reprimendas entre os próprios alunos. Por mais libertária que a escola seja desde sua concepção, ela mantém sua identidade e lida com os alunos e os disciplina como qualquer outra escola. Tanto é que, dentro de sala, inclusive os professores questionam os uniformes. Quando foi perguntado aos alunos se houveram críticas ou elogios sobre as customizações feitas, alguns destes narraram ter sido repreendidos por parentes e até por colegas. Ou seja, o condicionamento do respeito à “roupa de bater”¹⁰, o dispositivo uniforme que deveria ser limpo e imaculado, foi violado. Nesse sentido a punição ultrapassa a escola e vai para os outros aspectos da vida do discente:

“(...) Assim... É, me perguntaram por quê que eu fiz... Falaram que era até infantil, e também elogiaram e falaram que foi bem criativo.”, (FALA DE ALUNA E, 2014).

Ainda a respeito da reprovação dos colegas e dos pais, é possível fazer um comparativo com as vivências de OLIVEIRA (2007), “Minha mãe me controlava e eu não tinha poder de escolher minhas roupas...” (Idem, 2007, p.6), ou por parte da direção: “você é o que você veste” (Ibidem, 2007, p. 6) Nesse sentido, o medo punição vai além da escola; o poder se perpetua através dos pais, que foram ensinados da mesma maneira que seus filhos a usar o uniforme. Desta forma é possível comprovar a fala de FOUCAULT (1979) sobre o poder: “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente pelo o que ele não pesa só com uma força que diz não” (Idem, 1979, p. 8). Nesse sentido, é importante perceber as customizações realizadas com uma possibilidade de uma rede produtiva, que é o caminho da repressão por quais as customizações não permitidas passam, dentro e fora da escola, indo além desta. Essas produções se sobressaem por serem visualidades surgidas da repressão.

¹⁰ A referencia deste termo foi a utilizada por OLIVEIRA (2007), quando ele se refere ainda como uma roupa utilizada para economizar as boas roupas.

4. DA PEDAGOGIA

É possível trazer as visualidades do uniforme escolares apresentadas acima para a educação da Cultura Visual, ao incluí-las dentro deste “guarda-chuva transdisciplinar”. Esta trabalha ainda com a noção de visualidade, e dentro disso ela pressupõe que tudo que observamos é impregnado de marcas culturais e bibliográficas, como foi apontado por Hernández (2011). Desta forma se torna possível discutir criticamente o uniforme, e aquilo que ele mascara: gênero, classe e identidade, de maneira que o dispositivo e as imagens que são criadas a partir dele assumam o papel esperado delas, como pode de ser percebido no pensamento deste autor:

Entre outras referências disciplinares que põem a ênfase não tanto na leitura de imagens como nas posições subjetivas que produzem as imagens (seus efeitos nos sujeitos visualizadores). Isso significa considerar que as imagens e outras representações visuais são portadoras e mediadoras de significados e posições discursivas que contribuem para pensar o mundo e para pensarmos a nós mesmos. (HERNÁNDEZ, 2011, p. 32-33).

Martins, Tourinho, e Martins. F. A, (2012) consideram que as imagens assumem posições subjetivas, sociais e impregnadas de significados, por isso é necessário se utilizar da ruptura e da ressignificação dentro do trabalho de imagens de forma que haja a aceitação da inúmeras interpretações e posições existentes, e assim compreender e instruir-se mais sobre o outro. Ao pensar isso, a cultura visual propõe o que Hernández (2011) vai chamar de novas maneiras de aprender. A partir visualidades do dispositivo uniforme como forma de criar ligações a fim de estabelecer vínculos com aquilo que é vestido todos os dias pelos discentes. Para que estes possam ver produzir e receber as imagens realizadas por eles através da customização para deixar de ver a vestimenta escolar somente como algo que os identifica, mas como possibilidades de memória, produção artística.

Desta forma, trazer os processos de subjetivação para a investigação torna-se indispensável, já que estas são pontes que tornariam acessíveis às experiências visuais e sociais dos indivíduos, já que o ato de aprender é uma subjeção que envolve as práticas sociais aprendidas em contexto. Isto possibilitaria novos saberes sobre o mundo onde os discentes habitam e veem, para assim permitir questionamentos sobre as verdades individuais e coletivas, continuar a adquirir conhecimentos e encontrar caminhos que respondam as dúvidas

(MARTINS, TOURINHO, e MARTINS. F. A, 2012). Isto pode ser percebido na imagem de uma customização não permitida:



Figura 15 - Detalhe de Camiseta Customizada, 2014, © Laureane de Paiva Sutir

Nesta imagem observa-se a produção artística dos alunos que as elaboraram, as técnicas adotadas e ainda a interdisciplinaridade entre áreas (que, neste caso, é entre artes e biologia, já que o foco desta customização foi a feira de ciências do CEAN). Como foi mencionado anteriormente no texto, essas alterações das vestimentas poderiam ser uma nova forma de desafiar as antigas práticas de conhecimento, já que estas também participariam do princípio de mudanças a partir das imagens, como apontam (MARTINS, TOURINHO, e MARTINS. F. A, 2012). Segundo os autores, haveria uma descentralização que permitiria mudar as relações de imagem-receptor.

Sendo assim, a compreensão da temática do uniforme e suas customizações aqui apresentadas dependeriam das circunstâncias e episódios pelos quais os alunos passam, e da maneira como os eles assimilam estas relações de poder a partir deste dispositivo. Os processos de subjetivação (Idem, 2012), causam de maneira evidente instabilidades conceituais, como pode é descrito a seguir:

Aprofundando um pouco mais a discussão, podemos dizer que processos de subjetivação provocam instabilidades conceituais, abrindo espaço para deslocamentos que nos ajudam a rever, reelaborar e redimensionar ideias, convicções e mesmo crenças que acalentamos como verdades estabelecidas, silenciosamente/tacitamente radicadas nas nossas experiências como parte do nosso repertório visual... (MARTINS, TOURINHO, e MARTINS. F. A, 2012, p. 66)

Os uniformes customizados, então, se tornam geradores de tensão, segundo o pensamento de (Idem, 2012), já que estes desestabilizam a imagem e o conceito do uniforme padrão, e ainda ajuda a reelaborá-lo, de maneira a mudar as relações de poder e verdade pré-estabelecidos por ele. Desta maneira, podem ser criadas novas visualidades para suas coleções visuais. Ou seja, haveria novas significações e não apenas a utilidade exclusiva de identificação que foi atribuída a ele pelos alunos e alunas entrevistados.

E neste ponto cabe citar as aprendizagens mencionadas por estes autores: “Aprendizagens acontecem por meio de processos subjetivos que não são visíveis, tampouco palpáveis. Acontecem no corpo e com o corpo, envolvendo práticas sociais aprendidas em contexto, formas de relação instaladas no nosso modo de ser e viver e, portanto, já fazem parte do nosso repertório cotidiano de participação em diferentes comunidades.” (MARTINS, TOURINHO, e MARTINS. F. A, 2012, p. 61). Ao entender esses processos de aprendizagem, é possível trazer à luz as pluralidades e interpretações sobre os uniformes escolares apresentadas neste trabalho, as quais podem ser uma via de saberes e entendimentos a respeito dos corpos, tanto dos alunos como indivíduo, quanto do “outro”.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste trabalho atendeu aos questionamentos realizados inicialmente no início do processo. Através dele foi possível perceber como as roupas possibilitam o desenvolvimento social dos indivíduos dentro da rede de socialização que é a escola. Também foi possível perceber as relações de poderes que o uniforme carrega dentro de si, mostrando que seu alcance e utilização vão muito além da identificação ordinária dos indivíduos no grupo ao qual estão inseridos. Ao considerar as customizações desenvolvidas pelos alunos, esse sentido de identificação é alterado para o do reconhecimento do indivíduo, mudando consistentemente o papel que é atribuído oficialmente ao dispositivo do uniforme.

Desta forma, torna-se possível considerar o uniforme como sendo um formador de subjetividades e produtor de saberes diferenciados. O uniforme é uma ferramenta pedagógica, que pode vir a ser um projeto de trabalho de forma a proporcionar novos saberes relacionados ao corpo e do “outro”.

Portanto, foi possível provar que as customizações retratadas nesta investigação podem sim formar sujeitos e propor conhecimentos acadêmicos, indo além da punição exercida pelo poder. É possível, ainda, propor a aceitação e compreensão das inúmeras opiniões e realidades que os cercam, de modo a trazer a “educação com e junto do corpo social” destes indivíduos (MARTINS, TOURINHO, e MARTINS. F. A, 2012.)

Além disso, no transcurso da realização deste trabalho foi constatado, de maneira inesperada, que os fatores climáticos são facilitadores das customizações permitidas oficialmente. Também foram observadas as camisetas das gincanas, que se tornaram uma espécie de “terceiro uniforme” por parte da direção e dos alunos, o que proporcionou cor e uma identidade não apenas da escola, mas das classes às quais os diversos discentes pertenciam. A investigação ainda proporcionou um entendimento mais aprofundado dos alunos, em comparação com os momentos de estágio supervisionado, onde não havia uma abertura para o diálogo individualizado, o que mudou a forma de ver esses jovens indivíduos, que agora se preparam para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- DUSSEL, Inés. Cuando las apariencias no engañan: una historia comparada de los uniformes escolares en Argentina y Estados Unidos (siglos XIX-XX), Campinas. **Pro-Posições**, v. 16 n. 1, 2005.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1821**, DECRETO N. 7.247, 19 de Abril de 1879.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, Petrópolis, Editora Vozes, 1987.
- GODART, Frédéric. **Sociologia da Moda**, Editora Senac, São Paulo, 2010.
- GÓIS, Edivaldo. **“Movimento Higienista” na história da vida privada no Brasil**: Do homogêneo ao Heterogêneo, ConScientiae Saú, Ver. Cient, UNINOVE, São Paulo, 2007.
- LONZA, Furio. **A História do Uniforme Escolar no Brasil**. São Paulo, Rhodia Brasil, 2005.
- MARTINS, Raimundo e TOURINHO, Irene. **Educação da Cultura Visual**: Conceitos e Contextos, Santa Maria, Editora UFSM, 2011.
- MARTINS, Raimundo, TOURINHO, Irene, e MARTINS, Alice Fátima. Entre Subjetividades e Aparatos Pedagógicos: O que vamos aprender?. **Visualidades** v. 11 n.2, Goiânia, 2012.
- MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. As modas e o Celibato e Narrativas dos meus cotidianos, Educação e Normalização Social no Rio Grande do Norte na década de 1920, **Revista HISTEDBR** n. 48, Campinas, 2012.
- OLIVEIRA, Marcio Romeu Ribas. **Uniformes entre Imagens do Pensamento e narrativas dos meus cotidianos**, GT12-4497, In: 31º reunião da AMPED, Rio de Janeiro, 2007.
- CEAN, **PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE ENSINO ASA NORTE**, Brasília , 2008.
- PRIMBERAM, Dicionário. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/customizar>, acessado em 07/10/2014.
- RIBEIRO, Ivanir e e SILVA Vera Lucia. **Das materialidades da Escola**: O uniforme Escolar, Educação e Pesquisa v. 38 n. 03, São Paulo, 2012.
- STRALLYBRASS, PETER. **O Casaco de Marx**: Roupas memória e dor, 3.ed, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2008.

ANEXO A - TERMO DE COMPROMISSO (MODELO E ASSINATURAS)



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS - VIS

ARTES PLÁSTICAS – LICENCIATURA DIURNA

TERMO DE COMPROMISSO

Trabalho de Conclusão de Curso

Título da Investigação de: O UNIFORME ESCOLAR: VISUALIDADE E PEDAGOGIA

Investigador Principal: Laureane de Paiva Sutir , Mat. 09/0120850

Prof. Orientador: Prof. Dr. Belidson Dias, UnB, Mat 140601

I. Objetivo:

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é entender as visualidades do uniforme escolar como maneiras de formar subjetividades a partir de corpos disciplinados por sistemas educativos.

II. Procedimentos:

Haverá observação do ambiente escolar mas o alvo é posteriormente realizar 10 entrevistas abertas com alunos do ensino do 1 ano do ensino médio além coletar dados visuais fotográficos dos uniformes customizados utilizados na escola. A priori não há um número previamente estipulado de sujeitos a serem fotografados, mas espera-se contemplar uma amostra superior a 20. Pretende-se que os sujeitos participantes, não tenham seus rostos fotografados nem sua identidade identificada. A partir das observações serão definidas categorias de vestuário por diferenciação e contraste. Os sujeitos da amostras serão definidos por contraste. A coleta das fotos dar-se-á somente na escola, e a identidade dos

colaboradores não será revelada, ou seja, o TCC não exporá os nomes dos fotografados. Entretanto, estes terão previamente assinado a autorização em colaborar. Não há compensação para a participação da investigação. No entanto, mediante a solicitação, os participantes receberão um link, posteriormente, onde estará hospedado o TCC para que possam ter acesso a cópias.

III. Riscos:

Aquele que decidir participar, irá posar para a fotografia de forma voluntária. Sua identidade nominal será mantida confidencial e privadamente mas as suas imagens serão expostas em domínio público.

IV. Benefícios:

A participação dos colaboradores dar-lhe-á benefícios pessoais, como cidadão, pois, realizará a visibilidade da performance cotidiana do uniforme na escola. Uma performance, oral e visual, que arbitra a possibilidade de utilizar discursivamente o que corpo dispõe e oferece. Sua participação poderá ajudar a gerar saberes e entendimentos como construímos a identidade dos outros e de nós mesmos

V. Participação Voluntária e Revogação:

A participação, nesta coleta de fotos e entrevistas, é voluntária. Quem decidir participar, e depois mudar de opinião, poderá desistir posteriormente. Para tal, deverá entrar em contato com a investigadora principal para solicitar a exclusão de sua foto.

VI. Confidencialidade:

O investigador irá manter uma cópia das fotos. A participação neste projeto é voluntária e confidencial. A sua identidade nominal não será identificada.

VII. Contatos:

Contacte por telefone 61 8244 2183 e pelo email laurelenore17@gmail.com

VIII. Cópia do Consentimento:

Se você estiver disposto a participar com sua entrevista e fotografia, assine e deixe telefone e email no documento a seguir.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS - VIS

ARTES PLÁSTICAS – LICENCIATURA DIURNA

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, (Pai ou responsável),

De Nacionalidade _____, CPF _____, CI _____, SSP - _____, maior de idade, declaro para os fins que se fizerem necessários que autorizo _____, meu/ minha _____ a participar como voluntário/a da investigação do Trabalho de Conclusão de Curso “O UNIFORME ESCOLAR: VISUALIDADE E PEDAGOGIA” conduzido por Laureane de Paiva Sutir e orientado pelo Prof. Dr. Belidson Dias. Autorizo o uso de suas imagens, desde que não apareçam o seu rosto ou o/a identifique, na realização e distribuição dos resultados finais no Curso de Graduação em Artes Plásticas - Licenciatura da Universidade de Brasília, UnB.

Assinatura

ANEXO B – CD MULTIMÍDIA COM AS FOTOS RESTANTES.